

**OS ZOOTOPÔNIMOS DO TERRITÓRIO
DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE**

Caroline Pereira Bomfim (UNEB)

carolbomfim.uneb@gmail.com

Celina Márcia de Souza Abbade (UNEB)

celinabbade@gmail.com

RESUMO

No presente estudo, são analisados os topônimos de índole animal, os zootopônimos, encontrados na hidronímia do Território de Identidade 15, Bacia do Jacuípe. O ato de nomear faz parte da natureza humana e qualquer elemento presente no espaço físico pode servir como fator decisivo para a designação de um local, inclusive a fauna da região. Baseado nisso, observa-se um expressivo número de zootopônimos que referenciam as águas dessa localidade. Essa pesquisa, inserida no projeto ATOBAH (Atlas Toponímico da Bahia), coordenado pela Prof^a Dr^a Celina Márcia Abbade, propõe-se a investigar os topônimos de vinte e seis cursos d'água, que banham quinze municípios baianos, seguindo o modelo taxonômico proposto por Dick (1990, 1992). O estudo das águas pode contribuir para a construção do perfil identitário, linguístico e cultural de uma comunidade. As informações obtidas através dos nomes analisados permitem compreender que as águas também são fontes de conhecimentos sobre um determinado espaço, encerrando em si traços particulares e coletivos de seus nomeadores. Os topônimos selecionados encontram-se nos mapas hidrográficos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia/SEI, autarquia estadual que possui um levantamento completo da região, baseado na divisão dos Territórios de Identidade. Buscam-se os registros hidrográficos a partir da natureza de distribuição das águas: rios, riachos, córregos, lagos, lagoas, braços, brejos. Os elementos encontrados estão inseridos em fichas lexicográfico-toponímicas, que fornecem dados detalhados sobre cada nome investigado. Como aporte teórico, são adotados os pressupostos teórico-metodológicos da Toponímia, subcampo da Onomástica, dedicada ao estudo dos nomes próprios de lugares, sejam eles habitados ou não; bem como as considerações de Abbade (2011), Dick (1990; 1992) e Seabra (2004; 2006; 2010).

Palavras-chave:

Toponímia. Zootopônimos. Bacia do Jacuípe. Territórios de Identidade.

ABSTRACT

In the present study are analyzed the animal toponyms, zootoponyms, found in the hydronymy of Identity Territory 15, Bacia do Jacuípe. The act of naming is part of human nature and any element present in the physical space can serve as a decisive factor in the designation of a place, including the fauna of the region. Based on this, there is an expressive number of zootoponyms that refer to the waters of that location. This research, inserted in the ATOBAH project (Atlas Toponímico da Bahia), coordinated by Prof^a Dr^a Celina Márcia Abbade, proposes to investigate the toponyms of twenty-six water courses, which bathe fifteen Bahian municipalities, following the taxonomic model proposed by Dick (1990; 1992). The study of waters can contribute

to the construction of the identity, linguistic and cultural profile of a community. The information obtained through the names analyzed allows us to understand that the waters are also sources of knowledge about a given space, enclosing in it particular and collective features of their names. The selected place names are found in the hydrographic maps of the Superintendence of Economic and Social Studies of Bahia/SEI, a state authority that has a complete survey of the region, based on the division of Identity Territories. Hydrographic records are sought from the nature of water distribution: rivers, streams, streams, lakes, ponds, arms, swamps. The elements found are inserted in lexicographic-toponymic forms, which provide detailed data on each investigated name. As a theoretical contribution, the theoretical-methodological assumptions of Toponymy, a subfield of Onomastic, are dedicated to the study of proper names of places, whether inhabited or not; as well as the considerations of Abbade (2011), Dick (1990; 1992) and Seabra (2004; 2006; 2010).

Keywords:

Toponymy. Zootoponyms. Identity Territories. Bacia do Jacuípe.

1. Palavras Iniciais

A água é um recurso natural precioso à existência da vida e à conservação do ecossistema. O homem, com o passar do tempo, foi aprendendo a utilizá-la de variadas formas, para suprir as necessidades individuais e coletivas. Dado o seu valor imensurável, os fluxos que compõem uma rede hídrica, recebem, geralmente, uma designação própria, motivada pela intencionalidade dos sujeitos. Assim, os nomes carregam uma significação particular, transcendendo as suas funções referenciais, para servir como suporte de reconhecimento sobre as culturas.

Os topônimos, responsáveis no campo da Toponímia por representarem os nomes próprios de lugares, englobam diferentes aspectos físicos relacionados a uma região, como, por exemplo, as águas. Nesse sentido, descrever a motivação das designações auxilia a compreensão da tríade língua-cultura-ambiente que permeia o processo de nomeação através da linguagem. Os recursos hidrográficos, uma vez nomeados, abarcam em si múltiplas memórias do lugar e de seus habitantes. Surge, então, a necessidade de se inter-relacionar, em alguns casos, áreas do conhecimento a fim de promover um olhar mais aprofundado sobre o que está sendo estudado, bem como resgatar informações históricas e socio-culturais de uma determinada época.

Para o presente artigo, foi selecionada uma categoria de topônimo estabelecida pelo modelo taxionômico proposto por Dick (1990; 1992) referente à natureza física: os zootopônimos, que indicam os topônimos de índole animal. Os nomes de animais que designam as águas do Terri-

tório de Identidade 15, Bacia do Jacuípe, revelam a exuberância da fauna encontrada nos quinze municípios da região, localizados no semiárido baiano. Os zootopônimos estão vinculados às informações singulares das próprias populações, bem como a presença física do animal escolhido. Na extensão hidrográfica dos locais, percebe-se que bichos domésticos e silvestres se tornaram um fator decisivo no ato denominativo.

Os estudos toponímicos acerca da hidrografia suscitam diferentes trabalhos pelo país, incluindo dissertações e teses. Essa pesquisa, financiada pela CAPES/UNEB, integra o Núcleo de Estudos Lexicais (NEL/UNEB), responsável pelo Projeto Atlas Linguístico da Bahia (ATOBAB), que tem por objetivos descrever e interpretar a motivação dos nomes próprios de lugares em regiões distintas do estado, baseando-se noutros projetos de atlas espalhados pelo Brasil, como o ATESP/USP e o ATEMIG/UFMG. Pretende-se, aqui, analisar e classificar os designativos de rios, riachos, córregos, lagos, lagoas e outros acidentes hídricos pertencentes à referida bacia. O *corpus* da pesquisa estrutura-se em topônimos, dos quais vinte e seis são zootopônimos. Em sua análise, adotam-se as taxas propostas por Dick (1990, 1992), que podem ser de natureza física ou antropocultural.

2. Onomástica e Toponímia: pressupostos teóricos

Uma das ações mais antigas desenvolvidas pela sociedade é a de atribuir nomes aos seres e às coisas. Por meio das palavras, o homem consegue expressar, identificar e significar tudo o que existe a sua volta, formando, assim, o léxico. Segundo Abbade (2011), a língua desenvolve-se a partir das palavras que se organizam em frases para constituir o discurso e cada uma delas revelam as características sociais, étnicas, etárias, culturais dos seus falantes. O léxico, então, constitui-se como uma fonte de conhecimento do universo e, por esse motivo, recebe atenção nos estudos linguísticos, especialmente na Lexicologia.

Os nomes próprios recebem atenção nos estudos lexicológicos a partir da Onomástica, que se ocupa em compreender a origem e a relação entre os nomes próprios e a cultura, adotando como suporte outras áreas, como a Geografia, a História, a Antropologia, a Etnografia. Por ter um caráter interdisciplinar, as pesquisas onomásticas desenvolvem-se a partir de linha documental ou de campo, utilizando mapas, listas de nomes ou outros documentos de valor relevante. Sua metodologia de trabalho segue em observar, selecionar, registrar, classificar, e interpretar os dados. Este

tipo de estudo pode servir como um registro das ações e posturas de uma época, refletindo crenças, saberes, profissões, região de origem e outros aspectos ligados ao povo. Na concepção de Dick (2002), “a Onomástica, como parte do sistema comunicativo, tem condições de fixar ou retratar, de modo direto, os elementos indiciais prioritários da comunidade que analisa” (DICK, 2002-2003, p. 183). Nesse sentido, os muitos fatores externos que interferem na criação e fixação dos nomes, numa dada língua, configuram-se como objeto de investigação.

Os nomes possuem uma significação primordial na construção social, e, sendo passados de geração em geração, continuam sendo reinventados, integrando-se a tantos outros já existentes. Para que seja compreendido como nome, a palavra sofre um experimento seletivo e interpretativo que implica a articulação pelo nomeador (ou enunciador/emissor) de conceitos, valores, intenções, códigos e usos convencionais. Seabra (2004) entende que o vocábulo, ao abandonar o seu uso pleno na língua, transitando para o uso onomástico, adquire um caráter denominativo e passa a ser referencializado como topônimo ou antropônimo, seguindo direções opostas e complementares.

Por essa razão, as pesquisas onomásticas encontram-se separadas em duas subáreas: a Antroponímia (do grego *άνθρωπος*, ‘homem’, e *ὄνομα*, ‘nome’) e a Toponímia (do grego *τόπος*, ‘lugar’ e *ὄνομα*, ‘nome’), ambas estão dedicadas ao estudo do nome, porém adotam objetos diferentes de análise. Enquanto a primeira se interessa pelo estudo dos nomes individuais, com o dos sobrenomes, apelidos e alcunhas, a segunda estuda os nomes próprios de lugares e designativos geográficos de acidentes físicos (rios, riachos, morros, baías, ilhas etc.) e antropoculturais (cidades, aldeias, vilas etc.). Os subcampos mencionados partem do princípio de que os nomes se evidenciam como parte da cultura de um povo e, é por meio dessas nomeações, que os indivíduos se comunicam e transmitem seus ideais, formando, assim a sua trajetória no mundo.

Os trabalhos voltados para os designativos geográficos servem como registros das ações e posturas de uma cultura, podendo expressar crenças, saberes, profissões, região de origem dentre outros aspectos ligados ao povo. O ato de nomear os ambientes físicos liga-se a fatores motivacionais de valores sociais, políticos, culturais. Para a fomentação dessa pesquisa, optou-se em concentrar as bases de análise na Toponímia, que investiga o léxico toponímico analisando a motivação dos nomes próprios de lugares. Esta ciência investiga os nomes de lugares habitados ou não, países, ruas e caminhos ou qualquer outro espaço conside-

rado físico, independentemente, da sua natureza. Esse ramo é tomado como a crônica de uma sociedade, registrando os acontecimentos do passado e do presente para o conhecimento das novas gerações, tornando o topônimo uma ferramenta capaz de projetar diferentes processos vivenciados pela humanidade. Sabe-se que língua e cultura estão intrinsicamente relacionadas e por isso não se pode excluir a história. Os topônimos aparecem como principal instrumento dessa relação, assim como nos explica Dick (1990):

Verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato de nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica. (DICK, 1990, p. 22)

Representando de forma particular o espaço físico, os topônimos são entidades que ultrapassam as expressões linguísticas e envolvem, obrigatoriamente, os referentes que o constituem. Os nomes dos lugares revelam de maneira singular um espaço físico, carregando diferentes processos de nomeação. O processo de designação não é realizado de forma aleatória, visto que determinados fatores podem incidir na criação dos topônimos, tais como: a intencionalidade do sujeito em designar seu espaço e a natureza dos diferentes elementos físicos que o envolvem. Segundo Seabra (2006), os nomes permanecem, por muitas vezes, conservados ao longo do tempo, outras vezes, sofrem algum tipo de modificação e, por essa razão, é função da Toponímia investigar e compreender o percurso desse nome ao longo da história e sua relação com a sociedade. Na Toponímia, os signos envolvem-se, obrigatoriamente, aos referentes que o destacam. Nesse caso, a função simbólica ou representativa do topônimo atua necessariamente sobre o que ele denomina na sociedade.

Nos estudos toponímicos, a Hidronímia dedica-se ao estudo das águas que banham uma região. Para Isquierdo e Seabra (2010, p. 88), esse campo refere-se ao “conjunto de acidentes geográficos que designam correntes hídricas (rios, córregos, corixos, lagoa, baía, salto, cachoeira...)”. Na visão de Dick (2002-2003),

O sistema hidrográfico brasileiro encerra uma riqueza pronunciada de cursos d'água, seja na distribuição quantitativa como em extensão e em volume. São tantos os rios notáveis, tanto os pequenos meandros interiores opostos aos grandes desaguadouros costeiros, tantas as característi-

cas potamográficas traduzidas em nomes. [...] Cada um deles revelando, em suas formas de expressão, as marcas de um grupo étnico distinto, ou uma determinada referência fática. (DICK, 2002, p. 25)

Por serem extremamente vitais para a manutenção do local ao quais pertencem, faz-se necessário conhecer um pouco mais sobre a origem dos nomes, bem como identificar os contatos linguísticos que podem surgir durante a nomeação. Os topônimos permanecem atuantes na sociedade, reunindo em sua estrutura um pedaço da história de um povo, mesmo passando por alterações ao longo do tempo. Sua função de referenciar os nomes de espaços físicos mantém-se preservada, situando o homem no tempo e espaço. Além disso, os nomes de ambientes físicos raramente sofrem mudanças, pois os elementos naturais passam apenas por um processo de batismo. Caso haja alguma alteração em sua estrutura com o passar dos anos, torna-se imprescindível averiguar quais fatores socioculturais influenciaram os novos designativos.

3. O Território de Identidade Bacia do Jacuípe: T1 15

A Bahia é conhecida por suas riquezas naturais e sua diversidade étnica, sendo o estado mais populoso da região Nordeste. Pensando nisso, o Governo do Estado adotou uma nova divisão dos 417 municípios em 27 Territórios de Identidades, por meio do Decreto 12.354, publicado no Diário Oficial do Estado no dia de 26 de agosto de 2010, compreendendo os aspectos socioculturais de cada região. Esses territórios são definidos como espaços físicos, geograficamente delimitados, constituídos por critérios pluridimensionais, tais como a cultura, a religião, a economia e a política.

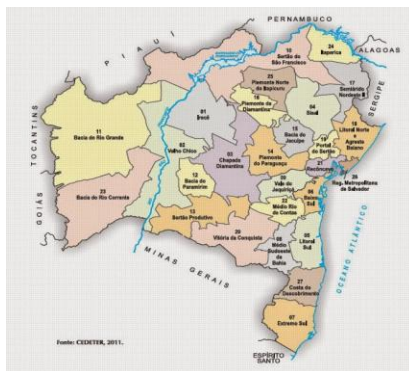
A Bacia de Jacuípe, Território de Identidade escolhido para pesquisa, cuja sigla é T1 15, situa-se majoritariamente no Centro Norte Baiano, no litoral setentrional do Estado. É especificamente marítima, percorrendo uma área de aproximadamente 28.000 km² e sua espessura sedimentar pode superar 7.000 metros. (FERREIRA; FREITAS, 2015). O T1 15 abrange o semiárido e todos os municípios se enquadram na Região Semiárida. O clima predominante é o semiárido, com ocorrência do clima subsumido a seco em Capela do Alto Alegre, Várzea da Roça, Mari, Pintadas e Baixa Grande.

O povoamento do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, segundo dados da SEI (2016), iniciou-se no século XVII, com a chegada do português Valério Pereira de Azevedo, conhecido como o “homem de

camisão”, que recebeu, diretamente do rei de Portugal, a posse das terras do atual município de Ipirá. Na época, os primeiros habitantes da região, tribos indígenas tapuias e tupis, resistiram às mudanças que vinham ocorrendo na localidade. As primeiras vilas tiveram o mesmo contexto das demais situadas nas proximidades do Rio Paraguaçu, visto que os afluxos eram a principal fonte de ligação entre a capital e o interior do estado. A região foi se expandindo com o passar dos séculos e atualmente abriga quinze municípios do semiárido, a saber: Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça e Várzea do Poço.

Os principais cursos d’água são o Rio Jacuípe e os Rios Congonhas, Paulista e Tocó. Uma pequena porção da Bacia do Itapicuru está inserida no trecho norte do território, entre Várzea do Poço e São José do Jacuípe. O espelho d’água considerado mais importante é o Lago dos Açudes de Pedras Altas, localizado parcialmente em Capim Grosso, São José do Jacuípe, Quixabeira e Várzea da Roça.

Os topônimos dos acidentes hídricos da região supramencionada e de tantos outros locais, na visão de Andrade e Bastini (2011) “deixam de ser apenas signos arbitrários da língua para se referencializar como ícones de uma memória vivenciada, porque subjacente em si estão a cosmovisão dos falantes e o sentido próprio que ela lhes confere.” (ANDRADE; BASTIANI, 2011, p. 304). Com isso, percebe-se a relação direta entre língua e cultura, tão essenciais estudos das ciências do léxico.



Mapa dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia.
Fonte: CEDETER, 2011.

4. Metodologia

Para a construção desse estudo, foi realizado, primeiramente, o levantamento dos topônimos da referida bacia que estão dispostos nos mapas hidrográficos do SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, autarquia da Secretaria do Planejamento (SEPLAN). A Instituição de Administração Pública Estadual tem como propósito fornecer e divulgar informações geográficas e estatísticas do estado, além de coordenar todas as informações cartográficas e demográficas necessárias ao conhecimento da realidade social, física e econômica baiana. Buscar-se-á os registros hidrográficos através dos mapas de cada município pertencente à bacia, observando a natureza de distribuição das águas: rios, riachos, córregos, lagos, lagoas, braços, brejos etc.

A seguir, encontram-se os seguintes passos que foram adotados no estudo: a) levantamento toponímico das águas da Bacia do Jacuípe, a partir dos municípios que compõem a bacia; b) identificação dos acidentes que os topônimos designam; c) localização e contextualização do topônimo; d) definição da estrutura morfológica do topônimo; e) estudo da origem linguística de cada topônimo; f) classificação do topônimo em taxes; g) análise bibliográfica da motivação do ato denominativo; h) registro dos topônimos em fichas catalográficas e i) acréscimo de informações enciclopédicas.

O *corpus* estrutura-se a partir da identificação e classificação das 27 taxes propostas por Dick (1990; 1992), que as separa a partir de sua natureza física ou antropocultural. A terminologia técnica defendida pela estudiosa é constituída pelo termo que justifica a escolha do elemento denominativo, como por exemplo, hiero/hagio/mito – relacionado à religião, e pelo vocábulo que identifica a ciência – topônimo: hierotopônimo/hagiotopônimo/mitotopônimo. Os topônimos registrados foram inseridos em fichas organizadas da seguinte forma: topônimo (registro do nome analisado), taxionomia (modelo de taxes estabelecido por Dick), o acidente (pode ser físico ou humano, a depender da natureza semântica de nomeação), localização (posição geográfica do município), aorigem (procedência linguística do topônimo), estrutura morfológica (o sintagma toponímico pode ser um elemento simples, composto ou híbrido), histórico (mudanças sofridas pelo topônimo ao longo do tempo) e as informações enciclopédicas (dados históricos que podem justificar a escolha do topônimo), seguindo a proposta organizada pelo Grupo de Pesquisa do ATOBAH/NEL/UNEB, coordenado pela Profa. Dra. Celina Abbade.

5. Os zootopônimos do Território de Identidade 15

A Bacia do Jacuípe possui uma extensa hidrografia e os cursos d'água banham suas extensões territoriais e localidades vizinhas. No estudo dos topônimos, foram encontrados vinte e seis recursos hídricos relativos aos nomes de animais. Observa-se a presença de animais domésticos e não domésticos nos designativos dos recursos hídricos. Em sua maioria, as lagoas são as que possuem um número mais expressivo dessa categoria, como pode se observar na tabela a seguir:

Rios	Rio Jundiã Rio do Peixe
Riachos	Riacho das Onças Riacho Jacaré Riacho do Pombo Riacho Tamanduá Riacho dos Patos Riacho do Macaco Riacho do Tigre
Lagoas	Lagoa do Boi Lagoa do Cágado Lagoa Sete Porcos Lagoa do Tatu Lagoa do Veado Lagoa da Suçuaraninha Lagoa do Tigre Lagoa Patinho Lagoa da Onça Lagoa Muriçoca Lagoa do Gato Lagoa do Jacu Lagoa da Anta Lagoa dos Porcos Lagoa das Éguas Lagoa Macaco Lagoa do Uruçu

Geralmente, a estrutura morfossintática de um topônimo é regida por dois termos: o genérico e o específico. O termo genérico, mais geral, refere-se ao acidente a ser nomeado – rio, riacho, vila, travessa –, enquanto que o termo específico está relacionado ao ato denominativo, o topônimo de fato – Rio do **Peixe**, Riacho **Salgado**, Monte **das Oliveiras** –, cuja estrutura e história são estudadas e inseridas em fichas lexicográficas.

fico-toponímicas. Por esse motivo, utiliza-se apenas o termo específico nas fichas, como o modelo abaixo:

(1) TOPÔNIMO:	(do) Peixe	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Físico/Rio		
LOCALIZAÇÃO:	Ipirá/ T1 15		
ORIGEM:	Portuguesa. PEIXE do lat. <i>piscis, is</i> 'peixe', comum aos animais vertebrados, aquáticos, que possuem os membros transformados em nadadeiras sustentadas por raios ósseos, esqueleto ósseo ou cartilagemoso. (HOUAISS, 2009, versão eletrônica).		
ESTRUTURA MORFOLOGICA:	Elemento específico simples		
HISTORICO:	(do) Peixe Zootopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Segundo o historiador Coriolano de Medeiros (1950), o nome "rio do Peixe" surgiu após "um peixe exótico e de grande dimensão" ser pescado na Paraíba, às margens do rio. O rio está localizado na região do semiárido nordestino e abrange 17 municípios. (MEDEIROS, 1950).		

A análise revelou que parte dos topônimos tem relação direta com a fauna da região, sendo classificados por zootopônimos (relativos a nomes de animais), tais como: Riacho das Onças (Capim Grosso); Lagoa Jacaré (Mairi); Riacho Do Tigre (Riachão do Jacuípe); Rio Do Peixe (Ipirá); Riacho Do Cágado (Capela do Alto Alegre etc.). Constatou-se que grande parte dos nomes é oriunda da língua portuguesa, contabilizando dezessete topônimos; a herança linguística indígena e africana foi percebida, mas de forma discreta com menos de nove ocorrências no total. Esse fato mostra que o processo de nomeação está ligado às características físicas do lugar, seguindo a taxionomia proposta por Dick.

Com relação à classe dos animais, optou-se por analisar os nomes das águas a partir da sua espécie e o do seu habitat. Na espécie, verificou-se que a classe dos mamíferos aparece em dezenove topônimos, a classe dos peixes, insetos e répteis possuem dois topônimos cada e a ave registrou apenas um caso. Na classe do habitat, os animais não domésticos lideraram o número de topônimos, revelando que a fauna da região que vive

na natureza influenciou o olhar do nomeador no momento do batismo das águas dessa localidade.

6. Palavras finais

A hidrografia de um local desencadeia uma forte relação com os indivíduos que a tem como meio vital de sobrevivência, e, por essa razão, os cursos d'água também recebem designações que podem apresentar marcas características de um povo. Assim, ultrapassam a sua função referencial, assumindo um caráter subjetivo e próprio do nomeador.

Durante o ato de nomear tudo o que se encontra no universo, selecionando e classificando seres e objetos, são estabelecidos diferentes rótulos para exprimir os pensamentos e os anseios das comunidades. Os topônimos, nomes próprios de lugares, são entendidos como uma herança cultural abstrata, tornando-se ainda forte testemunho de um período histórico, arquivando informações preciosas acerca da maneira de pensar e de se comportar dos antepassados e da sociedade atual.

A investigação aqui realizada propôs um panorama sobre a toponímia dos recursos hídricos do território selecionado, reforçando a necessidade do estudo dos nomes no estado para auxiliar na construção do passado e gerar informações pertinentes no presente e no futuro, haja vista que a Bahia tem riquezas históricas espalhadas por todos os cantos. Mesmo se tratando de uma pesquisa linguística, houve uma visita a história da local com o objetivo de fornecer um quadro mais amplo da região. É interessante notar que muitos recursos hídricos conservam até os dias atuais o mesmo nome de quando foi batizado há séculos, revelando que o topônimo carrega traços singulares do povo.

O estudo das águas da Bacia do Jacuípe pode contribuir para a construção do perfil identitário, linguístico e cultural da população local. No ato de nomeação do T1 15, os indivíduos registram nos topônimos suas vivências e particularidades, por meio dos quais ajudam a contar a sua história e do seu povo. As informações obtidas através dos nomes analisados permitem compreender que as águas também são fontes de conhecimentos sobre um determinado espaço, encerrando em si traços particulares e coletivos de seus nomeadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. A Lexicologia e a Teoria dos Campos Lexicais. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil, v. XV, n. 5, t. 2. p. 1332-43. XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. 2011. (Congresso). Disponível em: Acesso em: 10.01.2020

ANDRADE, K. S.; BASTIANI, C. O mito paraupava na toponímia. *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista v. 9, n. 1 p. 71-89.

BAHIA. Decreto n. 12354 de 25 de agosto de 2010. *Institui o Programa de Territórios de Identidade e dá outras providências*. Diário Oficial do Estado, 26 de agosto, 2010. Disponível em: <<http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2/>>. Acesso em 15.04.2020.

CORIOLOANO DE MEDEIROS, João Rodrigues. *Dicionário corográfico do Estado da Paraíba*: Segunda Edição. Rio de Janeiro-RJ, Brasil: Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia do Brasil*: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

_____. Aspectos de Etnolinguística: a toponímia carioca e paulistana contrastes e confrontos. *Revista USP*, n. 56, dez./fev. São Paulo: USP, 2002-2003. p. 180-191.

_____. SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolinguística da toponímia brasileira. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 25-32, 2002. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ6_07.htm>. Acesso em 15.04.2020.

FREITAS, Vivian Azor; FERREIRA, André Lopes. Bacia de Jacuípe: Sumário Geológico e Setores em Oferta. *Superintendência de Definição de Blocos (SDB)*. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2015.

HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ISQUERDO, Aparecida Negri. SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Apontamentos sobre hidronímia e hidrotponímia na fronteira entre

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

os estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. In: Aparecida Negri Isquendo; Lídia Almeida Barros (Org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. 1. ed. Campo Grande-MS: EDUFMS, 2010, v. V.

SEABRA, M. Cândida T. C. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Tese de doutorado, inédita, 2 vols, 2004.

_____. Referência e onomástica. *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-60.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Bacia do Jacuípe. *Perfil dos Territórios de Identidade*. Salvador: SEI, 2016. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 2).